

A HISTÓRIA ENTRE A CIÊNCIA E A ESPADA: As academias literárias em Lisboa e os escritores na Restauração de Portugal. Os dilemas na escrita da História (1640-1668)

Eduardo Martins*

RESUMO: O artigo analisa a relação entre as academias literárias e a política em Portugal do século XVII. A Academia dos Generosos é um importante exemplo dessa relação, como um grupo preocupado com a publicidade dos discursos históricos e envolvidos, ao mesmo tempo, na guerra contra Castela. As academias literárias servem para demonstrar as implicações políticas das atividades literárias na Restauração de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Restauração de Portugal; Academias literárias; Discursos políticos; Academia dos generosos.

The History Between the Science and the Sword: Literary academies in Lisbon and the writers during the Restauração de Portugal. The dilemmas in the historiography (1640-1668)

ABSTRACT: This article analyses the relationship between the literary academies and the politics in the seventeenth-century Portugal. The Academia dos Generosos is an important example of this relationship, as a group of writers concerned with the publicity of historical discourses and involved at the same time with the war against Castela. The literary academies serves to demonstrate the political implications of the literary activities in the Portuguese Restoration.

KEYWORDS: Portugal restoration; Literary academies; Political discourses, Academia dos generosos

La Historia entre la Ciencia y la Espada: Las academias literárias en Lisboa y los escritores en la Restauración de Portugal. Los dilemas en la escritura de la Historia (1640-1668)

RESUMEN: El artículo examina la relación entre las academias literarias y la política en Portugal del siglo XVII. La Academia dos Generosos es un importante exemplo de esa relación como un grupo preocupado con la publicidad de los discursos históricos y arrollados, al mismo tiempo, en la guerra contra Castela. Las academias literarias sirven para demostrar las implicaciones políticas de las actividades literarias en la Restauración de Portugal.

PALABRAS CLAVE: Restauración de Portugal; Academias literarias; Discursos políticos, Academia de los generosos.

*Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. Atualmente, doutorando em História Política pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: Largo São Francisco de Paula, nº 01, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Contato: e-mail: eduardo.guarize@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5873-9316>.

Os obstáculos para escrever a História nas suas mais variadas formas narrativas têm sido objeto de bastante preocupação em nossos tempos. Os sistemáticos ataques às ciências, de uma maneira geral e às universidades, em particular, revelam não apenas hoje, mas em nosso passado, muito mais que um plano econômico. Tampouco o mérito da questão deveria passar por questões de ignorância de quem ataca, ou pela irrelevância alegada de alguma determinada disciplina de produção científica, ainda que se defenda frequentemente o contrário. Essas ofensivas, longe de serem produtos da ignorância, encerram em si mesmas um princípio estratégico claro que visa a exclusão da crítica e a apropriação do exercício da verdade. A ignorância não é mais que instrumento. Para assumir tal estratégia, seria necessário assumir que a verdade é um valor absoluto e, sendo assim, deveria ser imposta como expressão de uma normativa moral superior.

Compreender a verdade como valor absoluto é um absurdo epistemológico, na medida que contraria os processos cognitivos particulares de construção da racionalidade do sujeito, os quais dão sentido às concepções mais ou menos próximas da realidade vivida. Nada grave. Mas, apropriar-se do exercício da verdade, para que seja imposta como modelo normativo universal, é um projeto político e, portanto, um problema por definição.

O grande problema desse projeto político é que a composição dos Estados, desde suas origens modernas, é, em princípio, a antítese da concepção de verdade como entidade absoluta. Maior expressão histórica dessa dialética talvez tenha sido o período de guerras das reformas religiosas na época moderna europeia¹, nas quais o centro normativo que detinha a hegemonia da interpretação dos textos sagrados, a Igreja de Roma, foi alvo das mais variadas acusações envolvendo a deturpação da verdade, no que dizia respeito às interpretações das escrituras e, mais ainda, aos comportamentos inadequados e desajustados àqueles propostos pela normativa cristã². A organização de grupos protestantes e o declínio do domínio político católico no continente europeu apresentou, portanto, novos questionamentos acerca da verdade, sua substância e os métodos para chegar a ela. Foi justamente esse processo crítico que fortaleceu o aparato estatal moderno no desenvolvimento de suas formações nacionais contemporâneas.

Se os Estados compreendem, em sua composição representativa, a convivência entre os distintos grupos sociais de interesses conflitantes e as formas civis de solucionar tais conflitos, não é possível crer que a organização se sustente, sem beligerância, tendo como base de governo qualquer perspectiva diretiva de verdade única ou absoluta. Pois, se os

interesses são conflitantes, a apropriação e o exercício de uma só verdade teriam de ser, necessariamente, impostos forçosamente, excluindo tudo que não correspondesse a ela.

Nem mesmo a lógica representativa contemporânea das sociedades ditas democráticas poderia suportar tais pretensões autocráticas, pois, percebendo que sua verdade, apropriada em seu exercício como absoluta, estaria restrita às condições colegiadas do voto, a tendência normal é a imposição de tal verdade longe dos mecanismos que a limitam. Costumeiramente sob a ordinária alegação da defesa de um bem maior. Dessa forma, e seguindo a linha de assumir a verdade absoluta como a antítese dos processos fundadores dos Estados Modernos, a apropriação da verdade para monopólio estatal de seu exercício é, na prática, a destruição das bases onde foram assentados os Estados – os direitos civis e o bem público.

O objetivo da introdução apresentada é refletir, a partir do contexto histórico específico da Restauração de Portugal, no modo pelo qual os escritores mais destacados da época organizaram seus estudos, diante da necessidade de expressar uma narrativa histórica que fosse verossímil e credível, não apenas aos ouvidos portugueses, mas aos de fora do reino. Portanto, se fez necessária essa nota introdutória acerca da disputa pela verdade nas origens dos Estados à época moderna, pois tem a finalidade de conduzir ao problema proposto, que é o dilema da escrita da História e a ideia de verdade no discurso histórico do século XVII em Portugal.

Em finais de 1640, se consolidou em Portugal a conjuração que restituiu a coroa a um natural, após 60 anos de dominação da dinastia Habsburgo de Castela sobre o território e o povo português.³ Dadas as circunstâncias das tensões históricas que levaram D. João IV ao trono em 1º de dezembro de 1640, houve uma emergência imediata de iniciativas ocupadas em tornar públicas as notícias do novo estado de coisas. A prensa era uma novidade relativamente recente e o inimigo, agora declarado, era ninguém menos que a Monarquia Católica, maior expressão da supremacia bélica europeia naquele momento.

A historiografia que trata do período das guerras de Restauração é vasta e compreende um conjunto de reflexões consistentes e que podem auxiliar os estudiosos de hoje nos questionamentos mais inquietantes da sociedade contemporânea. Por meio desses valiosos auxílios, o intento deste artigo é oferecer uma semente para o debate sobre as opções de análise e os instrumentos adotados, para fins de registro histórico, pelos escritores envolvidos diretamente na organização da política nos momentos decisivos da guerra. Mais especificamente, serão abordadas as questões seguintes: o debate dos critérios e regras escolhidos para o registro dos documentos históricos, o dilema da objetividade na escrita do

discurso histórico-político e as preocupações acerca da veracidade narrativa expressas na disputa pelo domínio do fato e exercício da verdade.

Já deixou de ser novidade a larga escala da produção de discursos em Portugal durante o período da conhecida Restauração, compreendido entre 1640 e 1668. A tipografia cumpria papel decisivo nas mãos dos mais variados doutores, letrados, teólogos, poetas, matemáticos, astrólogos, engenheiros, políticos e escritores em geral, que noticiavam a um público, cada vez mais amplo, os problemas que julgavam ser de matéria comum, útil e necessária a todos os portugueses. Sendo assim, assume-se desde já que o volume produzido de impressos, o elevado número de oficinas de impressão, a frequência e a periodicidade dos escritos, bem como os valores monetários da maioria dos impressos ligeiros já demonstram que as notícias alcançaram seu público. Ainda que não fossem lidas por todos, é certo que havia a partilha de notícias e informações por um contingente crescente de interessados nos eventos bélicos e políticos.

Amplamente aceito por historiadores especialistas no tema é a observância de uma ampliação substancial da esfera pública⁴, articulada ao envolvimento gradual de homens comuns nas causas políticas, mais especificamente nas causas portuguesas. Isto foi demonstrado em trabalhos recentes, não só partindo das alterações populares em si, mas também das muitas referências a esses mesmos homens e mulheres⁵ comuns nas histórias e relações de feitos guerreiros da Restauração, levados a cabo por personagens que surgiam como novidade cada vez mais frequente na publicística moderna, os populares.

Tomando por princípios a ampliação da esfera pública e o envolvimento crescente do povo nos assuntos bélicos e políticos nas guerras de Restauração, é possível deslocar a guerra de papéis para o centro do problema historiográfico a ser tratado, sem a necessidade de aprofundar os debates de autoria, recepção ou circulação dos impressos. Assim, evita-se a pena de fugir do assunto que motivou o trabalho. Portanto, é decisão mais eficaz neste artigo analisar as ideias que concorriam na disputa pela verdade da narrativa histórica e as opções estilísticas consideradas por seus autores como as mais adequadas às conveniências políticas.

A chamada guerra de papéis, nome que tem caracterizado as disputas narrativas pelo domínio do fato em contextos de guerra, tornava cada vez mais importante noticiar os eventos de maneira fiável, o que exigia estudos, técnicas e exercícios sistemáticos para que o ato de noticiar funcionasse como um eficaz instrumento político e, por extensão, como um ato de guerra. Vale lembrar que os portugueses daquele tempo entendiam essa demanda de escritos como urgência de guerra, traço bem característico aos homens daquele momento histórico e

social e, sobre isso, a historiografia não deixa nenhuma dúvida, tendo Camões como maior exemplo da convergência da pena com a espada.

Os primeiros passos mais elaborados no sentido de apresentar uma atividade publicística periódica regular em Portugal são datados justamente nos anos iniciais do processo de enfrentamento contra Castela. Mais precisamente, em dezembro de 1641, circulam as primeiras publicações de notícias, que seriam inicialmente mensais, sobre os eventos políticos com o título de *A Gazeta*.⁶ Como bem referido no estudo elaborado por Eurico Gomes Dias em seu livro *Olhares sobre o Mercurio Portuguez*⁷, esse primeiro intento das gazetas não durou muito e, por circunstâncias variadas, deixou de existir. O autor desse estudo⁸ cita como causas do fim das gazetas “Em termos gerais, a irregularidade, a falta de veracidade e a qualidade gerais, assim como a incerteza da publicação das relações ou panfletos, tanto manuscritos como impressos”⁹. O autor completa as adversidades com a proibição régia de Castela em agosto de 1642, a qual atribui maior importância dentre os obstáculos enfrentados pelos seus editores.

Ainda que a atividade das gazetas tivesse cessado, a proibição parece ter contribuído para multiplicar os manuscritos, panfletos, relações e outros textos mais ligeiros de conteúdo político, em defesa da causa de Bragança e da legitimidade de D. João IV. Mesmo na arte encontrada na iconografia da época observou-se o esforço de transformar a imagem de um duque, de uma pequena vila portuguesa, em uma figura digna da realeza europeia. Imagens redesenhadas do novo rei expostas em lugares públicos complementam, com contorno artístico, a necessidade de formar opinião política favorável à causa, fora do ambiente palaciano.

A disputa pela narrativa dos fatos, sobretudo quando dizem respeito à legitimidade de um dado processo político, eleva-se à importância mesma das próprias guerras. Um exemplo que corrobora essa tese foi apresentado em 2012 em um artigo¹⁰ com o título *de O Papel da Batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII*, escrito por Carlos Ziller Camenietzki, Daniel Saraiva e Pedro Figueiredo Silva. Para resumir o problema, a batalha ficou marcada na historiografia da época como um dos grandes impasses na disputa pelo domínio do fato, pois ambos os combatentes se declararam vencedores.

Tanto do lado português como do castelhano muitos impressos foram a público para informar, de um lado, que os portugueses tinham vencido com bravura um exército que superava o seu e, do outro, que os castelhanos tinham vencido com bravura um exército, também, maior que o seu. Ambos diziam que venceram com a ajuda de Deus. No entanto, os

dois lados tiveram a percepção de que era uma grande batalha e de que a reivindicação de sua vitória demandaria um esforço que fosse além dos movimentos militares. O mais importante no referido artigo não é trazer ao historiador a tarefa de descobrir quem venceu a guerra de fato, mas demonstrar que “A batalha de Montijo¹¹ poderia confirmar a ideia de que qualquer combate se decide em duas dimensões: uma material, em que os homens se enfrentam de fato; e outra simbólica, da narrativa do enfrentamento.”¹²

A linha de investigação adotada pelos autores, com a opção teórica de deslocar a disputa publicística para o centro da análise nas pesquisas em história militar, permite uma compreensão mais ampla da dimensão, na qual está inserida a disputa pelo domínio do fato e sua guerra de narrativas subsequentes. Seguindo essa linha, os autores inferem que

Essa guerra, ou qualquer outra, não era apenas um feito de homens armados; envolvia também aqueles que os mantinham, que participavam dos acontecimentos a distância, e cuja opinião sobre os feitos bélicos era fundamental tanto para a formação do exército quanto para a própria sustentação do governo.¹³

Os eventos ocorridos nos campos de Montijo em 26 de maio de 1644 ficaram marcados como a primeira grande batalha entre os exércitos de Portugal e Castela, depois de declarada a Restauração de Portugal. E, devido aos desacertos das gazetas e o dilema da vitória sem derrotados, os portugueses perceberam a necessidade imperativa de vencer a batalha de Montijo na opinião.

Sem publicações periódicas com nexos orgânicos entre si, sem padrões de registro histórico, ou de composição textual que se provassem mais eficazes na sua proposta retórica e sem um grupo de pessoas que conformasse metodologicamente tudo isso, seria tarefa árdua concorrer com a capacidade publicística de seus inimigos castelhanos. Ainda mais sabendo que as notícias deveriam chegar aos potenciais aliados reconhecidamente inimigos de Castela, a exemplo da França, da Holanda, da Suécia, da Dinamarca e da Inglaterra¹⁴, pois, obviamente, os castelhanos também contariam sua verdade da história nas cortes europeias, como de fato o fizeram. O que seria guerra contra a tirania e legitimidade de herança régia para alguns, teria de ser, necessariamente, rebeldia sem causa e traição para os outros.

As críticas feitas às gazetas no próprio tempo da Restauração também revelaram o que nos informa Eurico Gomes Dias, a respeito das informações de periodicidade irregular e de pouca credibilidade das informações que, por vezes, davam lustre inadequado a certas histórias mesmo ridículas para se creditar qualquer heroísmo. Algumas notícias chegavam a ser motivo de galhofa de quem delas tomava ciência, o que poderia facilmente se confundir

com uma causa imprópria, ou mesmo um movimento de rebeldia risível que não conseguiria angariar apoio, muito menos contra a maior potência bélica da Europa naquele momento.

É notório que, após a batalha de 1644, alguns cronistas, historiadores e escritores das notícias e relatos em geral perceberam de maneira mais incisiva o problema do domínio do fato. Alguns assumiram, inclusive, que precisariam de mais tempo para avaliar com maior acuidade os testemunhos disponíveis dos eventos de Montijo, os documentos escritos no reino de Portugal e fora dele, tal como identificar suas inverdades e as contradições, no sentido de evitar que a narrativa da vitória não caísse no descrédito.

Nos idos de 1647, mais precisamente em dezembro, alguns doutores, letrados, historiadores, filósofos, cosmógrafos, diplomatas, poetas, em suma, as mentes mais destacadas entre nobres e fidalgos portugueses, majoritariamente membros diretivos do novo estado político restaurado e viventes da ambiência cortesã, reuniram-se na residência de D. António Alvarez da Cunha¹⁵. Entre eles estava D. Francisco Manuel de Melo, diplomata, político, historiador e filósofo entre os mais destacados da sua geração. Outro nome reconhecido foi António de Sousa de Macedo, jurisconsulto e também diplomata. Eles, e muitos outros que serão mencionados mais adiante, fizeram dessa reunião um compromisso periódico, mais ou menos frequente ao longo de 20 anos, chegando em alguns períodos da guerra a dois encontros por semana. Depois das tratativas da paz com Castela, no início do ano de 1668, já não se tem mais registros das reuniões, que só tornariam a acontecer em 1685, obviamente com sua composição bastante modificada.

Ao longo desses 20 anos de reuniões foi possível observar, por meio dos registros nominais ou alcunhas, que muitas das maiores mentes de Portugal daquele tempo participaram, com maior ou menor frequência, das reuniões propostas. Um desses expoentes foi Luis de Meneses, o Conde da Ericeira, cuja reputação figura na História como um grande nome da política e da literatura de seu tempo. Muitos dos nomes dessa reunião ficariam marcados na história política da Restauração de Portugal para a posteridade.

Personagens como o Duque de Cadaval e seu filho Manuel de Melo, o Cônego Leonardo de São José, o Frei André de Cristo, o cosmógrafo Luis Serrão Pimentel¹⁶ e muitas outras mentes de proeminência no cenário da Restauração compreenderam a urgência dos encontros e das atividades sistemáticas lá propostas e legaram seus registros textuais a um coletivo que teria – ou deveria ter – seu material organizado, compilado e publicado, posteriormente, pelo secretário perpétuo, D. António Alvarez da Cunha¹⁷. A essas reuniões,

de atividades bem definidas e com o compromisso de que jamais seriam extintas, deram o nome de Academia dos Generosos.

Ao lado da Academia dos Singulares¹⁸, as reuniões da Academia dos Generosos aparecem na história como as primeiras iniciativas registradas em manuscritos e impressos, no sentido de organizar academias literárias em Portugal, cultura já comum nas cortes europeias daqueles tempos, sendo talvez seu maior exemplo, a Academia dos Lincei¹⁹, da qual Galileu Galilei participava em Florença.

Difundiam-se os almanaques astrológicos e as relações de guerra, tratados de direito, filosofia, astronomia, política, relatos de viagens e, não menos importantes, os estudos sobre as letras portuguesas, em prosa ou poesia. Ainda que com volume espantoso de impressos, mesmo se comparado ao que se produzia nos maiores centros urbanos europeus naquele momento, os portugueses, além de ampliar sua capacidade publicística, deveriam organizar o conhecimento e sua conseqüente produção, no sentido de formular uma concepção coletiva que justificasse e disputasse, com nexos convincentes, a narrativa da legitimidade de D. João IV²⁰ como rei de Portugal nas guerras contra Felipe IV e a Monarquia Católica²¹.

As referências que buscaram para compreender e propor um sistema de interpretação da realidade em que viviam são diversificadas, mas encontram padrão e recorrência na antiguidade latina clássica como em Cícero, Sêneca, Tácito e Virgílio. Mais proximamente, inspiraram-se em autores modernos, cuja orientação era identificada com a defesa de comunidades políticas autônomas e federadas²², ou seja, autores normalmente avessos às postulações dos direitos ilimitados régios e na contramão das tentativas de centralização política da Monarquia Católica e da Igreja de Roma, como Justus Lipsius, por exemplo.

Suas reuniões eram pautadas por temas previamente estabelecidos pelos acadêmicos e um dos membros presidia a sessão expondo o conteúdo proposto. Após a exposição costumava haver uma parte reservada ao exercício da escrita, da leitura e da oralidade, na qual os resultados passavam pelo escrutínio do secretário perpétuo e pela reação dos presentes na forma de concurso. A ideia era selecionar os melhores escritos, os quais seriam compilados com alguma finalidade específica, ainda que não identificada previamente.

Temas sobre a escrita da História em Tácito, Sêneca e Tito Livio, a Política de Justus Lipsius, os espelhos de Príncipes de Maquiavel e Botero, a astrofísica de Iohannes de Sacrobosco e os comentários de Pedro Nunes, os sistemas de Copérnico e Galileu, enfim, tudo era matéria a ser exposta nos encontros acadêmicos e os textos eram dispostos ao concurso na forma de exercícios de retórica, oralidade, gramática, estética e memória.

De grande auxílio para o andamento desta pesquisa foi a análise meticulosa da teoria do discurso histórico realizada pelo historiador Bruno Boto Leite. A partir de seu artigo, que levou o título *Que não seja esmalte mais que ouro. Teoria do discurso histórico no pensamento de D. Francisco Manuel de Melo*²³, foi possível perceber que, se no século XVII não podemos falar da História como uma ciência autônoma, com regras e métodos de análises próprios à disciplina, é certo que a inquietação e o trabalho dedicado a solucionar o dilema já caminhavam a passos largos. Nas palavras do autor do estudo sobre o pensamento de D. Francisco,

A história, desde a antiguidade até finais do século XVII, apresentou-se, portanto, como uma *Ars*. Foi somente com o desenvolvimento de uma crítica no final do século em questão, como dissemos, que a história se teria libertado desta sua forma anterior para constituir-se em novo paradigma, mais crítico, e, então, dispor-se como uma *Scientia*.²⁴

Segundo o estudo, D. Francisco Manuel de Melo, um dos fundadores da Academia dos Generosos e expositor em algumas reuniões, dedicou-se ao trabalho de classificar as escolas históricas clássicas, no sentido de distinguir os tipos de registros segundo critérios formais, de utilidade, de conteúdo e composição temática. Como exemplo temos a passagem seguinte:

...a diferença entre as duas escolas organizadas na reflexão de Melo, residiria também no tipo ou estilo da escrita histórica: seguidores de Tito Lívio escreveriam *Análises, Crônicas, Sumários, Epítomes e Epílogos*, ao passo que os de Tácito produziram *Relatos, Relações, narrativas de eventos precisos, biografias* e outros escritos falando de coisas mais precisas e circunscritas²⁵

O pensamento de Melo e sua organização da teoria do discurso histórico indicam, resumidamente, que ele – e provavelmente alguns de seus pares – entendia que havia, de um lado, uma história mais pura, sem lustres e que, por conta do distanciamento do escritor, soava mais verossímil, ou verdadeira, como diriam eles; por outro lado, haveria uma história com mais adornos, conselhos e juízos políticos. No primeiro caso o discurso seria servo dos fatos; no segundo, os fatos seriam o servo do discurso. Isso nos permite supor que a utilidade do discurso histórico, em suas variadas apresentações formais, somados ao interesse e distanciamento do historiador diante dos fatos foram critérios aplicados com rigor, não apenas pelo seu autor, mas por alguns de seus pares, em suas composições e textos escritos.

Em sua *História de Portugal Restaurado*²⁶, publicado pela primeira vez em 1679 e considerada a obra mestra do Conde da Ericeira, Luis de Meneses abre seu discurso com uma “Introdução da História e fundamentos para se escrever”. Expoente na política e na literatura durante as guerras de Restauração, Ericeira participou ativamente na Academia dos

Generosos e foi determinante para seu funcionamento e perpetuação. Por conta da participação distinta, seu pensamento acerca do ofício e registro da história merece atenção, sendo um bom exemplo o seguinte:

... esta resolução determino escrever, se não com a eloquência e erudição que pede assunto tão levantado (que nenhum dos historiadores antigos logrou melhor emprego), com tão sólida e independente verdade, que não achem os especulativos que contradizer, porque encontrar em qualquer parte esta alma da história, é tirar o crédito de tudo que nela se refere; e como verdade é diamante de tão fundo e de valor tão intrínseco, que em nenhum tempo achou o maior preço que o de seus mesmos quilates, queixem-se, embora os que dependerem da falsidade do escritor, para que a posteridade não abomine os seus erros.²⁷

A respeito da função e utilidade, com as quais entende o ofício do historiador, Ericeira é bastante enfático quando se refere ao perigo do esquecimento e a urgência do registro histórico como inspiradores de grandes feitos, que “... resgatei da prisão do esquecimento tantas ações heroicas, podendo herdar da natureza, deixá-las sepultadas; porque os antigos e valorosos portugueses souberam melhor empunhar a espada, que aparar a pena...”.²⁸ E, complementa seu breve discurso introdutório com uma fundamentação ontológica que, segundo ele, deveria ser adotada como o princípio da História Portuguesa em suas bases religiosas, as quais estariam fundadas nos originários e míticos reis portugueses, netos de Noé, tendo sido Túbal o primeiro pai dos portugueses. Este princípio seria imperativo para que o conde pudesse escrever a História da Restauração da monarquia portuguesa. Para concluir a introdução, explica:

Para formar perfeitamente o corpo dessa obra, é necessário fazê-lo luminoso, mostrando os princípios da monarquia portuguesa, a fim de ficarem mais claros os sucessos modernos, que dependem de notícias antigas, como para que conheçam os muitos espíritos belicosos, que em todos os séculos brotou tão pequeno distrito; que não parecerá impróprio tomar tão alto princípio em História.²⁹

Os pensamentos do Conde da Ericeira e de D. Francisco Manuel de Melo apresentam muitas similaridades no tocante aos fundamentos, métodos e critérios para escrever a História e investigar os fatos. Agregavam aos discursos históricos exaltações e valores de identificação de sua cultura e tradição pátria, como não poderia deixar de ser àquela altura. Porém, no exercício da análise documental, na investigação persecutória do domínio do fato e na distinção classificatória das opções formais de registro demonstravam suas preocupações, teóricas e práticas, no ato de escrever a História. É inegável, portanto, o compromisso com a verdade do discurso, ou a alma da História, como eles diziam, sob pena, em caso de violação, de queda em descrédito.

Muito referido já nos textos do século XVII – e mesmo muito antes – é o questionamento da distância do historiador diante dos fatos e da neutralidade frente aos ódios e paixões na seleção dos autores, usados como referências da análise historiográfica. Nessa mesma direção, João Nunez da Cunha expõe³⁰ seus critérios e métodos de avaliação e seleção para a escrita da História.

Sem o mesmo vulto historiográfico de seus pares anteriores, João Nunez da Cunha nasceu em Lisboa, foi Conde de S. Vicente e Vice-Rei das Índias e, durante as guerras, teve papel decisivo nas articulações políticas do governo restaurado. João Nunez da Cunha esteve como plenipotenciário do Rei Afonso VI nas tratativas de paz na região de Entre Douro e Minho, nas fronteiras com a Galícia em fevereiro de 1663³¹. Ocupou o cargo de Gentil Homem da Câmara de S. Majestade, no qual exerceu a função de conselheiro do governo português. Assíduo em registros na Academia dos Generosos, João Nunez da Cunha, em abril de 1665, escreve uma Epítome, aos moldes dos espelhos de Príncipes daqueles tempos, referindo à vida e às ações de D. Pedro de Castela, primeiro de seu nome, que ficou conhecido na história vulgar como Pedro, o cruel, reinando de 1357 a 1367. A História é dedicada a Afonso VI na esteira das funções de aconselhamento.

Antes da apresentação dessa parte da história, é necessário fazer um pequeno recuo no tempo, ao ano de 1662, pois boa parte do entendimento da Academia dos Generosos depende das articulações e alianças políticas dos membros que tomavam parte nela. O mais evidente até agora é que os membros nem sempre foram aliados, ainda que apoiadores da Restauração de Portugal. Nesse sentido, a constatação das rivalidades entre grupos de interesses diversos no centro político do governo, não é surpresa. Alguns trabalhos historiográficos apontam vários grupos de interesses, dentre eles, os que orbitavam mais proximamente o Rei D. João IV, até sua morte em novembro de 1656, os aliados mais próximos da Rainha D. Luisa de Gusmão, que assume como regente, e um outro grupo de nobres, mais jovens, ligados a Afonso VI e Castelo Melhor³², sendo estes partidos não os únicos, porém os mais destacados. Não há necessidade de aprofundar esse tema das conspirações e articulações palacianas neste artigo, ainda que seja matéria fundamental para o desenvolvimento da pesquisa em geral.

O regresso ao ano de 1662 torna-se importante devido à mudança nos cargos diretivos do governo. Luisa de Gusmão é destituída do trono em nome do filho Afonso, que assumia as chancelas do Estado com o título de Afonso VI. O governo, em todo tempo de Afonso, foi na prática comandado por Luis de Vasconcelos e Sousa, o Conde de Castelo Melhor, que daria a si mesmo o título de Escrivão da Puridade, ou, simplesmente, aquele que escreveria e

decidiria todas, ou quase todas, as ações régias, uma vez que Afonso não tinha nenhuma capacidade, nem interesse para tal. Ascendeu ao cargo de secretário de Estado ninguém menos que António de Sousa de Macedo, outro entre os mais importantes membros da Academia dos Generosos.

Até essa altura os acadêmicos não tinham apresentado nenhuma prova substancial pública da sua produção escrita. O que não deixa de ser espantoso é que apesar do volume expressivo de manuscritos e impressos produzidos nos concursos acadêmicos e mais outros tantos, desses mesmos acadêmicos, fora dos espaços restritos às atividades dos Generosos, apenas uma obra substancial coletiva tenha sido publicada no período específico da Restauração, em 1666³³. O que nos coloca diante da hipótese de que as reuniões e suas atividades orgânicas talvez tenham sido mais importantes que seu produto material escrito, ou mesmo que a publicação de um coletivo com grupos de interesses políticos concorrentes dificultava as vias para a publicação. De qualquer forma, a falta de acordo seria decisiva no curso dos acontecimentos.

Assumindo o cargo de secretário de Estado, D. António de Sousa de Macedo tornou-se responsável pela elaboração de um periódico, ao qual daria o nome de *Mercurio Portuguez*, logo no ano seguinte, em janeiro de 1663. O nome era referência ao homônimo de língua francesa³⁴ que nos primeiros anos da Restauração de Portugal contavam os feitos portugueses na França. Diferentemente das gazetas que tinham cessado suas atividades aproximadamente uma década antes, o *Mercúrio* logrou consolidar uma publicação periódica mensal e regular até os últimos anos da guerra. O estilo ligeiro, conciso e mais concretamente descritivo dos feitos militares e do estado das batalhas, exitosas ou não, já apresentam um distanciamento muito mais evidente entre o historiador e o objeto, contemplando o que D. Francisco Manuel de Melo chamaria de uma história mais pura ou verdadeira, austera e incorrupta, ao modelo de Tito Livio.

O número inicial do *Mercúrio* também abre seu discurso falando do compromisso com a verdade histórica, ao mesmo tempo em que critica o estilo castelhano. Sobre os impressos de Castela, D. António de Sousa de Macedo afirma que são:

...ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as coisas tão erradamente, que fica a relação sem alma, que é a verdade; e sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito. E o pior é que não sei por que fatalidade, o tem com os estrangeiros tão grande que, mais na opinião que nas forças, os atemoriza Castela.³⁵

Macedo ainda trata do ofício do historiador e a utilidade da História para os políticos,

Saber os sucessos de outros reinos e províncias, não é só curiosidade, mas a necessidade aos Políticos; porque de mais do que se aprende pelos exemplos (que sendo ao mesmo tempo, são melhores Mestres) o estado em que se acham os outros, principalmente se são vizinhos, ou interessados, é medida pela qual se regulam e encaminham os meios de conservação e vitalidade própria. Este serviço puderam fazer ao bem comum os Castelhanos melhor que os Portugueses; porque seus engenhos sempre se aplicaram mais a escrever, como os portugueses só a obrar...³⁶

Sobre o papel aconselhador da História o autor também ratifica os anteriores quanto à alma do discurso. Quando faz menção ao próprio Mercurio, Macedo diz:

...nem pelo ser ficará suspeito no que relatar, como o não ficaram Júlio Cesar e outros no que de si escreveram; antes o receio da suspeita o fará mais acautelado para que, seguindo a natureza de seu Planeta, se não desvie dos raios do sol da verdade, sob pena de perder o crédito, pois se pode escurecer.³⁷

As múltiplas referências e critérios congruentes usados pelos autores sugerem um esforço coletivo para tratar do tema da escrita da História. Com esses mesmos critérios referidos anteriormente e outros mais detalhados, João Nunez da Cunha, em seu discurso sobre a vida de D. Pedro, o cruel, faz referência direta ao critério para seleção dos autores que lhe serviram de análise documental, ao final de sua obra. Mais importante que a distinção de cada um é o caráter de prova mencionado no fim, do qual se pode inferir a preocupação acerca do domínio do fato e sua correspondência com a verdade do discurso.

O Doutor Rodrigo de Arévalo segue a história comum; O Padre Juan de Mariana com os mais autores Castelhanos fazem o mesmo; Garcia Dey louva D. Pedro achacando todos os males de seus ministros; O despenseiro maior da Rainha fala em duas crônicas, uma mentirosa e uma verdadeira; Um historiador Toledano dá nome de bom príncipe a D. Pedro; Os estrangeiros seguem a opinião vulgar que eu confesso, pois de todos tirei o mais provado e como tenho remota causa, seguramente pude escolher os escritores sem amor e sem ódio.³⁸

A vida de João Nunez da Cunha reveste-se de uma importância decisiva para o entendimento das articulações e rivalidades políticas entre os acadêmicos e o próprio governo restaurado. Porém, no momento, é o bastante entender como João Nunez da Cunha e D. António Alvarez da Cunha, o secretário perpétuo da Academia, se tornaram personagens centrais no tabuleiro político da Restauração de Portugal, ao lado das outras figuras destacadas anteriormente.

O início da Epítome da vida e das ações de D. Pedro anunciava o perigo do assunto, ainda que se tratasse de um rei que vivera no século XIV. Porque, além de um dilema, o registro da História também pode figurar como perigo iminente. A passagem em que destaca tal perigo é a seguinte:

Aqueles que escreveram histórias gerais de um reino, ainda que repetissem sucessos infelizes, acharam outros gloriosos com que deleitar a curiosidade dos leitores. Os que escolheram matéria para exercitar seu engenho tomaram por assunto de seu trabalho Príncipes Grandes, com o louvor dos quais cresce tanto a maior estima dos escritores, quanto é maior a veneração, que aquelas memórias ilustres consagram os humanos. Bem conheci o perigo da minha escolha, mas o intento me livrará da culpa.³⁹

O anúncio do perigo vem seguido de sua justificativa, “Falarei de um Príncipe cruel com a veneração que se deve aos cetros e com a verdade que se deve à história: esta, quando não sirva de exemplar, servirá de exemplo, e os que lendo-a não se emendarem dos vícios, temerão o castigo deles.”⁴⁰

Como um espelho de Príncipe⁴¹ às avessas, João Nunez da Cunha dá conselhos ao rei sobre aquilo que não se deve fazer. O perigo do discurso estaria, obviamente, relacionado ao fato de que a História sobre D. Pedro, o cruel, reproduzia claramente todas as críticas e acusações remetidas a Afonso VI e seus validos, as quais vinham recebendo de parte descontente dos nobres e fidalgos portugueses. As ofensas reverberavam diretamente nas ações de Macedo, que era secretário de Estado, e na liderança de Castelo Melhor.

Alguns trechos são bastante reveladores das motivações de João Nunez da Cunha em seu discurso, ao mesmo tempo em que parecem anunciar uma sentença. Seguem as passagens que merecem destaque, “O que sentimos é, que seja adulação vossa, o descrédito destes fiéis vassallos, de quem vossos validos quiseram o obséquio, pois enquanto não os reconhecermos superiores, tem mais de perigo que de confiança a sua soberania.”⁴². Cabe lembrar que esses trechos se referem aos argumentos usados pelos nobres do século XIV para o aconselhamento de D. Pedro nos anos de 1360:

Já renunciámos todas as mercês, nem por pagas de serviços, nem por grandeza vossa as queremos, logrem destas felicidades os vossos validos, que nos contentamos de não dar foças aos nossos contrários com essa desunião: mudai de conselheiros e nós mudaremos Conselho; não queremos outra remuneração que vossa melhora.⁴³

A conclusão é emblemática e envolve toda uma concepção de responsabilidade histórica comprometida com alma da História e nos pode indicar algumas coisas sobre o destino do autor e suas causas. As ideias estão expostas na passagem a seguir:

Seus defeitos que lhe servirão de dano, que nos fiquem agora por advertência. A opinião que dele tiveram os autores que escreveram as suas ações, repetirei fielmente. Julgue o leitor os créditos que se deve dar aos crimes de D. Pedro que eu não quero merecer segunda calúnia, baste a que receio; entre os discretos, que o ódio dos ignorantes não se deve temer, antes desejar, porque é a honra dos escritores e sem o aborrecimento destes, e o louvor daqueles, nenhuma opinião é segura. E

assim, quando este discurso não consiga o verdadeiro aplauso, baste-me por desculpa gastar o tempo que furto ao tempo nestes exercícios⁴⁴

No tempo do governo de Afonso VI, que seguiu nos anos de 1662 a 1668, contam-se as decisivas vitórias do Ameixial, a retomada de Évora e a derradeira batalha de Montes Claros⁴⁵. O período contou também com muitos desterros levados a cabo pelas políticas de Castelo Melhor. Dois deles foram o Duque de Cadaval e seu filho Manuel de Melo, assíduos frequentadores da Academia dos Generosos e que partilhavam das reuniões acadêmicas na companhia do secretário de Estado, António de Sousa de Macedo.

A batalha de Montes Claros não deixava dúvida sobre a vitória definitiva das tropas portuguesas contra Castela nas guerras de Restauração e tornava a formulação de um tratado de paz uma questão de tempo. O texto de João Nunez da Cunha foi escrito da cidade do Porto, em abril de 1665, portanto, 3 meses antes da batalha decisiva de Montes Claros, cabendo lembrar que, em 1663, ele havia sido plenipotenciário do Rei em tratativas de paz nas fronteiras do norte do Reino. Um ano depois, já encerradas as atividades de guerra, em 1666, João Nunez vai para Índia assumir o posto que já ocupava antes mesmo de ter escrito a *Epítome*, o de Vice-Rei. Coincidência, ou não, é o mesmo ano em que foi selado o acordo de casamento entre Afonso VI e a Princesa Maria Francisca de Saboia da França, vital como aliança estrangeira poderosa para a viabilidade do acordo de paz com Castela.

O ano de 1666 é também o ano em que a Academia dos Generosos publica o seu único trabalho de relevo durante os anos da Restauração, quando os movimentos significativos da guerra já tinham cessado e o reconhecimento de independência não tardaria. Trata justamente de um *Certhamen Epithalamico*⁴⁶ louvando o casamento de Afonso VI e Maria. Uma tentativa de epopeia que combinava a poética das rimas e versos de Camões⁴⁷, com exaltações bem lustradas dos feitos portugueses e das vitórias do Deus da guerra, Marte⁴⁸, personificado na figura invicta de Afonso.

O estilo poético, marcadamente barroco⁴⁹, poderia facilmente ter sido enquadrado na época pelos historiadores como D. Francisco Manuel de Melo, como uma História na qual os fatos servem ao discurso, e este é adequado pelas conveniências políticas com adornos estéticos e exageros linguísticos compromissados de algum interesse particular na história. Nesse sentido, o texto publicado por D. António Alvarez da Cunha sob a assinatura dos Generosos talvez não refletisse o que muitos acadêmicos entendiam como um discurso eficiente ou adequado para os momentos de guerra. Talvez, por conta disso, tenha vigorado sob a liderança do Secretário de Estado, António de Sousa de Macedo, logo em janeiro de

1663, o estilo do *Mercúrio*, no auge das tensões palacianas internas e das guerras contra Castela.

Quando o *Mercúrio Portuguez* foi lançado já se passavam 16 anos desde que os Generosos tinham se reunido pela primeira vez. Por essa razão, muitas exposições, concursos e escritos acadêmicos acumulados entre impressos e manuscritos, serviriam de documento crítico e análise para seus próprios trabalhos. Tudo isso avaliado e julgado por um coletivo qualificado de intelectuais e selecionado pelo secretário perpétuo, responsável pela guarda e compilação. Mais importante que a homenagem publicada do casamento, foram os anos de trabalho sistemático dos estudiosos que, já formados nos colégios e universidades de Portugal, aprimoraram tanto suas concepções teóricas, quanto suas técnicas e métodos de escrita, visando a eficácia retórica dos discursos que pudessem servir à causa comum dos portugueses apoiadores da Restauração.

O período conturbado que marca o casamento de Afonso VI, em 1666, e os tratados de paz em Madrid e Lisboa, no início de 1668, é repleto de disputas e conspirações internas no governo e, ao que parece, as coisas só se acalmaram depois da trama que destituiu Afonso VI e afastou seus aliados mais próximos, levando ao trono seu irmão mais novo, Pedro, que casaria com Maria Francisca de Saboia e assumiria as chancelas do Estado como Pedro II. Diferentemente de seu homônimo, o cruel do século XIV, Pedro de Bragança ficou conhecido na história comum como o Rei Pacífico.

É curioso notar que dois portugueses envolvidos nas tratativas de paz com Castela e participantes da Academia tinham sido desterrados pelo Conde Castelo Melhor, a saber, o Duque de Cadaval e seu filho Manuel de Melo. Em 1668 Castelo Melhor é afastado do governo, assim como D. António de Sousa de Macedo, seu secretário de Estado, e o próprio Afonso. António Alvarez da Cunha, se tornaria Guarda-Mor da Torre do Tombo, deixando o cargo de Trinchante-Mor e afastando-se da esfera mais central das decisões políticas. João Nunez da Cunha, o Vice-Rei das Índias, morreria em Goa naquele mesmo ano.

Luis de Meneses, o Conde da Ericeira, publicou, em 1679, *A História de Portugal Restaurado*⁵⁰, talvez o maior e mais referenciado compêndio da historiografia da época. O autor também deixou modesta contribuição na elaboração do famoso Vocabulário de Raphael Bluteau⁵¹. Em 1685, por iniciativa dos membros das famílias de Cunha e Meneses, a Academia dos Generosos é reavivada, validando sua insígnia – *non extinguitur* – e essa prática da cultura política moderna motivaria o estabelecimento de muitas outras academias institucionalizadas pelo Estado português, ao longo do século XVIII. Por exemplo, a

Academia das Ciências em Lisboa, a Academia dos Ocultos, a Academia Real da História Portuguesa, a Arcádia Olissiponense, entre outras.

O longo período que distancia os anos iniciais da Gazeta, passando pelo dilema de Montijo, até os anos decisivos das guerras na década de 1660, revela muito das atividades acadêmicas ocorridas nesse interlúdio. A hipótese levantada é que a Academia dos Generosos teria sido, nesses 16 anos, o nexo orgânico entre as tentativas frustradas da publicística periódica no início das guerras de Restauração e as publicações muito mais aprimoradas e rigorosas, em termos de técnica e crítica, quanto ao domínio do fato e o registro da História nos seus anos finais.

Ao mesmo tempo em que se torna uma prática da cultura política em Portugal daqueles tempos, as reuniões acadêmicas em Lisboa formaram espaços de debates de filosofia, política, história, astrofísica, belas-letas e tantas outras disciplinas que serviram de base para a formação de uma concepção coletiva da teoria do discurso histórico, que envolveria as obrigações do ofício do historiador e o compromisso com a verdade dos fatos, tanto no trato dos documentos, quanto no distanciamento diante do caso, no momento da análise e do registro. O cuidado e a empiria verificados pela recepção dos discursos ao longo de duas décadas foram determinantes para os acadêmicos, no sentido de exigir a necessidade de reformulação de propostas discursivas que, como demonstrado, foram extremamente eficientes nos momentos derradeiros que definiram a paz.

Tudo isso possibilitou a criação das condições necessárias para a organicidade da ciência moderna, mais própria do século seguinte. E, se, no século XVII, não é possível dizer que a História e as outras ciências debatidas nas reuniões eram ciências autônomas, com suas regras e métodos próprios, é produtor e correto afirmar que as academias literárias pavimentaram seus caminhos.

Analisar, portanto, as academias literárias do ponto de vista das articulações e ações políticas de seus participantes, acabou por revelar um problema historiográfico difícil de resolver, qual seja, trazer para o domínio da História um tema confinado desde sempre aos limites dos estudos literários.

De fato, o mais comum nos trabalhos de pesquisas que investigaram as academias literárias é o trato conferido pelos profissionais das letras e literaturas. Então, é normal que tenham estudado os exercícios acadêmicos escritos nas reuniões com o intuito de enquadrá-los, ou como expoentes da história da literatura portuguesa, perfeitamente inseridos e

conscientes dos movimentos estéticos da literatura à época⁵², ou mesmo como nobres ociosos que buscavam mais elegância em seus poemas⁵³.

Ainda que tenham sido pesquisas profícuas, não consideram o caráter histórico e atuante na transformação do tecido social da época, nem mesmo conseguem trazer à luz um elemento determinante, que é a urgência dos autores em traduzir as demandas difusas dos portugueses de um modo renovado e que fosse mais eficiente para os desígnios dispostos. Nesse caso, o povo ocupa lugar central, pois foram seus interesses em temáticas, estilos específicos de leituras, ou mesmo estilos preferidos de histórias, escritas ou não, que conformaram, direta e indiretamente, em diálogo constante, as opções e concepções de escrita da História dos autores referidos, ou seja, o povo é, antes, aquele cuja vontade política se deve decifrar e traduzir, do que aquele que deve ser convencido por acadêmicos para disputar batalhas nobiliárquicas. Essa abordagem pode revelar coisas significativas acerca das rivalidades políticas e mesmo estilísticas, em termos estéticos, no interior das reuniões acadêmicas.

Se isoladas as obras dos acadêmicos para análises dos pensamentos em particular, acabaríamos por contemplar, com admiração, documentos e registros historiográficos de grandes intelectuais e políticos dotados de incrível gênio singular e que, por conta disso, já mereceriam seu lugar na memória. Não foi essa a proposta que motivou o artigo, pois perder-se-ia a dimensão coletiva fundamental que alça os gênios à História. Isso causaria imensos prejuízos às análises, uma vez que seria conferido ao sujeito um lugar histórico acima das condições que o formaram e promoveria, ao mesmo tempo, a negligência do caráter político de sua formação.

O estudo da Academia dos Generosos, analisado do ponto de vista histórico, serve para mostrar a importância da organização coletiva da crítica e da produção de conhecimento nos acontecimentos políticos. As reuniões e seu dinamismo orgânico funcionaram como meio de aprimoramento dos métodos e técnicas de escrita e registro da História. Pensando nessa direção, não foram gênios singulares, isolados, que fizeram a Restauração de Portugal com seus escritos impressionantes, mas um esforço coletivo de compromisso partilhado. Uma dedicação conjunta que tomou na mesma medida a pena e a espada, visando uma causa comum. O estudo das academias literárias portuguesas do século XVII, como uma manifestação prática da dimensão coletiva de construção da História, demonstrou, até aqui, o caráter político transformador das academias, podendo ser entendido, portanto, como um importante contributo para as reflexões da historiografia contemporânea.

Notas:

¹ As referências sobre as revoltas religiosas da época moderna são muitas e como o objetivo principal não é esse especificamente, convém citar apenas umas poucas para auxiliar a síntese do debate. São elas a obra de Ernst Bloch, Thomas Muntzer: **O Teólogo da Revolução**, O Nascimento e a afirmação da Reforma, de Jean Delumeau, Martinho Lutero: um destino de Lucien Febvre, A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII de Christopher Hill, entre tantos outros.

² Parte importante da crítica pode ser lida nos escritos de Lutero, mais precisamente as famosas 95 teses, nos escritos de Calvino e nas teses defendidas pelos anabatistas de Muntzer. Uma síntese mais aprofundada do campo moral e comportamental das diferentes asceses cristãs pode ser encontrada nas análises de Max Weber em sua *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

³ O aumento de estudos recentes e o ampliado interesse no período das guerras de Restauração de Portugal nos deixa muitas opções para abordar o tema, desde a historiografia da época, passando pelos historiadores do século XX até os trabalhos mais recentes. Por conta disso, é necessário citar alguns autores em detrimento de outros. Podemos mencionar: a História de Portugal Restaurado de Luis de Meneses, o Conde da Ericeira; *La oposición política bajo los Austrias* de Jose Antônio Maravall; *La Cultura del Barroco*, também de Maravall; *Felipe II y Portugal* de Fernando Bouza, A Guerra da Restauração 1640-1668 de Fernando Dores Costa; Os Insatisfeitos das Honras de Mafalda Soares Cunha, Cultura Política no tempo dos Felipes de Diogo Ramada Curto; Paraíso Proibido de Carlos Ziller Camenietzki, entre tantos outros.

⁴ Cf. SARAIVA, Daniel. Luz Comum do Universo: tipografia, publicidade e opinião no Portugal moderno. O caso da aclamação de D. João IV em Barcelos. **Revista Clío**. Janeiro-junho, nº 37.1, 2019.

⁵ Cf. MEIRELLES, Rejane Conceição e CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Frágeis damas, mulheres fortes: a representação feminina na Restauração de Portugal. *Revista. Cadernos Pagu*, nº 30, 2008.

⁶ DIAS, Eurico Gomes. **Gazetas da Restauração**. Uma revisão das estratégias político-diplomáticas portuguesas 1640-1648 Lisboa: MINE-ID, 2006.

⁷ DIAS, Eurico Gomes. **Olhares sobre o Mercurio Portuguez**. Transcrição e comentários. Lisboa: INCM, 2010.

⁸ Como já referido, o estudo crítico e a transcrição do Mercurio analisam também o seu homônimo francês.

⁹ *Ibidem*, p. XXXIII.

¹⁰ CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel; SILVA, Pedro Figueiredo. O Papel da Batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. **Revista Topoi**, v. 13, nº 4, janeiro-junho, 2012.

¹¹ Primeira grande batalha entre os exércitos de Portugal e Castela. Segundo uma avaliação cuidadosa, os autores consideram seguro afirmar que na batalha estiveram ao menos 15 mil combatentes.

¹² CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel; SILVA, Pedro Figueiredo. *Op. Cit.*, p.3.

¹³ *Ibidem*, p. 18.

¹⁴ Sobre as relações políticas entre essas nações europeias há muitas referências e todas de fácil acesso. Convém citar duas em especial que apresentam um modelo conciso, com uma boa síntese para quem tenha interesse em compreender seus pontos introdutórios. Uma delas é o livro de Romain Descendre chamado a Politização do Mundo e o outro é o Processo Civilizador de Norbert Elias, os dois volumes. Além, é claro, de todos os outros já citados anteriormente sobre a época.

¹⁵ Cf. MATHIAS, Elze Maria Vonk. Academia dos Generosos: uma academia ou uma sequência de academias? **Revista da Biblioteca Nacional de Portugal**, 2(2), 1982.

¹⁶ Todos os nomes citados como membros da Academia dos Generosos foram verificados e comparados em diversos manuscritos e impressos que podem ser encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional de Lisboa e nos arquivos da Torre do Tombo e de Tarouca, em Portugal. Quanto à historiografia, apenas dois trabalhos trataram especificamente da Academia dos Generosos, no entanto, com o foco da investigação direcionado às questões literárias e estilísticas. Merecem destaque a tese de doutorado de Clarinda Maria Rocha dos Santos sobre D. António Alvarez da Cunha, defendida em 2012 na Universidade de Letras do Porto e o já referido trabalho da Doutora Elze Maria Vonk Mathias.

¹⁷ SANTOS, Clarinda Maria Rocha dos. **O Académico Ambicioso**: D. António Alvarez da Cunha e o aparecimento das academias em Portugal. Ano de Defesa 2012. 344 fls. – Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Tese de Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas, Lisboa, 2012.

¹⁸ O material impresso da Academia dos Singulares pode ser facilmente encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal e encontram-se digitalizados.

¹⁹ Há excelentes trabalhos de pesquisa no sentido de entender a vida de Galileu e sua inserção na política europeia, mas um que merece especial atenção é a obra de Pietro Redondi, com o título de Galileu Herético.

²⁰ Sobre o tema da legitimidade do trono português vale a pena analisar diretamente os argumentos jurídicos disponíveis nos documentos da época em autores como João Pinto Ribeiro, Juan Caramuel e António Paez Viegas.

²¹ O reinado de Felipe IV e a ideia de Monarquia Católica podem ser aprofundados com diversos materiais historiográficos disponíveis. Há muitas biografias sobre a dinastia Habsburgo e sobre os governos filipinos, tal como são extensas as referências sobre a supremacia da Monarquia Católica. Alguns já foram referidos anteriormente.

²² Podemos entender como obra de maior expressão dessa tradição política na obra de Justus Lipsius que leva o título de *Politicorum sive Civilis Doctrinae* e a obra homônima de Johannes Althusius, cujo título já sugere uma concepção teórica abrangente e aprofundada sobre tal objeto no século XVII e a necessidade de definições.

²³ LEITE, Bruno Martins Boto. Que não seja esmalte mais que ouro: teoria do discurso histórico em D. Francisco Manuel de Melo. **Revista Clio**, nº 3.1, janeiro-junho, 2019.

²⁴ *Ibidem*, p. 3.

²⁵ *Ibidem*, p. 13.

²⁶ Meneses, Luis de. Conde da Ericeira. *História de Portugal Restaurado*. Porto: Livros.

²⁷ *Ibidem*, p.17.

²⁸ *Ibidem*, p.18.

²⁹ *Ibidem*, p.19.

³⁰ CUNHA, João Nunez da. **A Vida e as Ações de D. Pedro**. Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1666.

³¹ Os plenipotenciários, nomeados pelos reis beligerantes como representantes nas tratativas de paz, foram relatados pelo secretário de Estado, António de Sousa de Macedo, no *Mercurio Portuguez*, em fevereiro de 1663. Os nomeados de Castela foram o Arcebispo de San Tiago, o nobre D. Balthasar Rojas Pantoja e D. Luiz de Menezes. Os nomeados por Afonso VI foram o Conde de Prado, Governador de Armas de Entre Douro e Minho, o Conde de São João, Governador de Armas de Trás os Montes e João Nunez da Cunha. Segundo o autor do *Mercurio*, o Conde de São João não teria chegado ao encontro.

³² Um bom exemplo para identificar os círculos cortesãos são as biografias de Afonso VI, uma escrita por Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim e a outra escrita por Oliveira Martins.

³³ CUNHA, António Alvarez da. Academia dos Generosos. **Certamen Epithalamico.ao Sempre Augusto e Invicto Monarca D. Affonso VI**. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1666.

³⁴ Sobre o periódico francês *Le Mercure Portugais* publicados nos primeiros anos da Restauração em território francês, o estudo crítico de Eurico Gomes Dias faz uma análise metódica que pode auxiliar e ampliar os horizontes de compreensão acerca das atividades publicísticas na Europa do século XVII.

³⁵ MACEDO, António de Sousa de. *Mercurio Portuguez*. Periódico. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, f.º 2, p.3, 1663. In: Dias, Eurico Gomes. **“Olhares sobre o Mercurio Portuguez”**. Lisboa: INCM, 2010, p. 3.

³⁶ *Ibidem*, p.3.

³⁷ *Ibidem*, p.4.

³⁸ CUNHA, João Nunez da, op. cit., p.129.

³⁹ *Ibidem*, p.6.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 7.

⁴¹ Por ser um termo corrente na literatura de estudos da época moderna, não precisa de detalhamento, mas convém citar alguns exemplos que foram usados de referência comparativa para redação do presente artigo, a saber, a obra de Giovanni Botero, *Da Razão do Estado*, o clássico de Maquiavel, *O Príncipe e a Epítome da Vida e das ações de D. Pedro* escrito por João Nunez da Cunha.

⁴² *Ibidem*, p.39.

⁴³ *Ibidem*, p.40.

⁴⁴ *Ibidem*, p.27.

⁴⁵ Todas foram objetos de histórias heroicas, poemas, relações e demasiadamente estudadas na historiografia do tema da Restauração e da história militar de Portugal.

⁴⁶ CUNHA, Op. Cit.

⁴⁷ A exaltação aos versos camonianos representava para D. António Alvarez da Cunha, além de uma inspiração poética no maior nome da literatura lusa, um plano modelar de sua escrita e projeto de registro histórico para a Restauração. Com todas as analogias estéticas e de conteúdo claramente referenciadas.

⁴⁸ Era bastante comum na literatura do período, mais especificamente entre os acadêmicos, as alusões aos deuses latinos clássicos como Marte, Apolo, Juno entre outros. Eram normalmente alçados à posição de participantes das histórias e deliberações de guerra e do futuro português.

⁴⁹ Obra de referência sobre o tema do século barroco na vida civil das comunidades urbanas europeias e que não poderia deixar de ser mencionada com destaque é *La Cultura del Barroco* de José Antônio Maravall.

⁵⁰ MENESES. Op. Cit.

⁵¹ Cf. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**.... Coimbra: Real Colégio das Artes SJ, 1713.

⁵² Caso do enquadramento adotado por Clarinda Maria Rocha dos Santos em sua tese de doutorado sobre D. António Alvarez da Cunha. Ainda que leve em conta a importância das disputas por privilégios nobiliárquicos na composição dos escritos poéticos, assumindo seu caráter político, a autora não aprofunda a relevância da Academia dos Generosos no tecido social da época.

⁵³ Caso do autor João Palma-Ferreira em seu livro sobre as Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII que, por não aprofundar os estudos sobre a Academia dos Generosos especificamente, acaba dedicando apenas umas poucas páginas às reuniões.

Referências

ALTHUSIUS, J. **Política**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.

ALVAREZ, F. B. **Portugal no Tempo dos Felipes**. Política, cultura, representações. Lisboa: Cosmos, 2000.

BEBIANO, R. **A Pena de Marte: A escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)**. Coimbra: Edições Minerva, 2002.

BLOCH, E. **Thomas Muntzer**. O teólogo da Revolução. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

BOTERO, G. **Da Razão do Estado**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

CAMENIETZKI, C. Z. **Paraíso Proibido: A censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CAMENIETZKI, C. Z.; SARAIVA, D; SILVA, P.F. O Papel da Batalha. A disputa pela vitória da batalha de Montijo na publicística do século XVII. **Revista Topoi**, v.13, n. 24, janeiro-junho, 2012, pp.10-28.

CAMÕES, L. **Os Lusíadas**. Porto: Porto Editora, 2015.

COSTA, F. D. **A Guerra de Restauração (1641-1668)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

CUNHA, A. A. **Certamen Epithalamico Publicado na Accademia dos Generosos de Lisboa**: ao felicissimo casamento do invicto e sempre augusto monarcha, D. Afonso VI ... Lisboa: Oficina de João da Costa, 1666, p. 5.

CUNHA, A. A. **Obelisco Português**. Lisboa: Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1669.

CUNHA, J. N. **Epítome sobre a Vida e as Ações de D. Pedro**. Lisboa: Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1666.

CUNHA, M. S.; COSTA, L. F. **D. João IV**. Lisboa: Círculo de leitores, 2006.

CURTO, D. R. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)**. São Paulo: Unicamp, 2009, p. 159.

DELUMEAU, J. **O Nascimento e a Afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DESCENDRE, R. **A Politização do Mundo**. São Paulo: Unicamp, 2016.

DIAS, J. S. S. **Camões e a Universidade Portuguesa do Século XVI**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

ESPÍRITO SANTO, G. **A Grande Estratégia de Portugal na Restauração**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.

FERREIRA, N. A. M. **Luis Serrão Pimentel(1613-1679):** Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal. Ano de defesa 2009. 205 fls. Dissertação de Mestrado em História dos descobrimentos e da expansão – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

FEBVRE, L. **Martinho Lutero:Um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

GESTEIRA, M. H; CAROLINO, L. M.; MARINHO, P. **As Formas do Império: Ciência, Tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, P. I. A Palavra e o Império:a Arte da Língua Brasílica e a conquista do Maranhão. São Paulo: **Revista de História**, nº 165, 2011, p. 367-401.

HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal no século XVII**. Lisboa: Almedina, 1994.

HILL, C. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII**. Civilização Brasileira, 2003.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEITE, B. M. B. Que não Seja Esmalte Mais que Ouro: A teoria do discurso histórico em D. Francisco Manuel de Melo. **Revista Clió**, n.3.1, janeiro-junho, 2019, pp. 107-127.

LIPSIUS, J. *Los Seis Libros de la Política o Doctrina Civil*. Madrid: Imprensa Real, 1604.

LIVIO, T. **História de Roma**. São Paulo: Paumape, v.4. 1990.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARAVALL, J. A. *La Cultura del Barroco*. Madrid: Ed. Ariel, 1975.

MARAVALL, J. A. *La Oposición Política Bajo Los Austrias*. Madrid: Ed. Ariel, 1974.

-
- MARQUES, A.O. **A História de Portugal**. Lisboa: Palas editores, vol. 1, 7ª ed., 1977.
- MATHIAS, Elze Maria Vonk. A Academia dos Generosos: uma academia ou uma sequência de academias? Lisboa: **Revista da Biblioteca Nacional**, 2 (2), 1982, pp. 223-241.
- MELO, F. M. **Cartas Familiares**. Lisboa, Estampa, 1985.
- MELO, F. M. **Tratado da Ciência Cabala**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- MENESES, L. o Conde de Ericeira. **A História de Portugal Restaurado**. Porto: Oficina de Domingos de Oliveira, 1945. Publicado em Lisboa pela primeira vez no ano 1679.
- MIRANDA, J. C. Ecos do Torquato Tasso, Gerusalemme liberada, na Academia dos Generosos de Lisboa. Coimbra: **Biblioteca Univ. Coimbra**, vol. 37, 1982, p. 189-200.
- OLIVEIRA, A. **Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII**. Coimbra: IHES – Faculdade de Letras, 2002.
- ORTIZ, A. D. *Politica y Hacienda de Felipe IV*. Madrid: Editorial de Derecho Financero, 1960.
- PALMA-FERREIRA, J. **Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Estampa, 1982.
- REDONDI, P. **Galileu Herético**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SACROBOSCO, J. **O Tratado da Esfera**. São Paulo: Unesp, 2011.
- SANTOS, C. M. R. **O Académico Ambicioso**: António Alvarez da Cunha e o aparecimento das academias literárias em Portugal. Ano de defesa 2012. 344 fls. Tese de Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2012.
- SARAIVA, D. A Luz Comum do Universo: tipografia, publicidade e opinião no Portugal moderno. O caso da aclamação de D.João IV em Barcelos (1640-1642). **Revista Clío**, n.3.1, janeiro-junho, 2019, pp.42-65.
- SÊNECA. L. **Tratado sobre a Clemência**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TÁCITO, C. **Anais**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1987.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.